

PAISAGENS DE PAPEL: A AMAZÔNIA RELATADA ATRAVÉS DOS VIAJANTES

PAPER LANDSCAPES: THE AMAZON AS TOLD BY TRAVELERS

Thais Stefhani de Oliveira Leal¹

ROR Universidade Federal do Amazonas

 tsdol.his19@uea.edu.br



Arcângelo da Silva Ferreira²

ROR Universidade do Estado do Amazonas

 adferreira@uea.edu.br



RESUMO: O artigo analisa os relatos de viagem do século XIX, e como esses textos refletem a visão eurocêntrica e colonial sobre o Brasil. O estudo investiga como os viajantes europeus, ao descreverem a fauna, a flora e os povos indígenas, frequentemente perpetuaram uma visão de subordinação e exotismo em relação ao “outro”. A pesquisa utiliza um método crítico de análise literária, que combina a análise de conteúdo dos textos com uma abordagem teórica fundamentada em autores como Michel Foucault, Edward Said e Mary Louise Pratt. Foucault é empregado para entender as dinâmicas de poder e saber presentes nos relatos, enquanto Said e Pratt contribuem para a análise do conceito de “orientalismo” e “contact zones”, explorando como as relações de poder e identidade se manifestam nas narrativas de viagem. A obra de Agassiz, embora importante para a ciência, não escapa de um olhar colonizador, especialmente ao abordar os indígenas e a natureza brasileira de uma perspectiva que os enquadra dentro de categorias europeias. A análise sugere que esses relatos, além de contribuir para o avanço do conhecimento científico, também desempenham um papel na construção de uma narrativa de dominação cultural e racial. O artigo propõe uma leitura crítica desses textos, destacando as tensões entre a busca por conhecimento e as práticas de controle e subordinação.

PALAVRAS-CHAVE: Relatos de viagem; Colonialismo; Eurocentrismo; Poder e saber; Exotismo.

ABSTRACT: The article analyzes 19th century travel accounts and how these texts reflect the Eurocentric and colonial view of Brazil. The study investigates how European travelers, in describing the fauna, flora and indigenous peoples, often perpetuated a vision of subordination and exoticism in relation to the “other”. The research uses a critical method of literary analysis, which combines content analysis of the texts with a theoretical approach based on authors such as Michel Foucault, Edward Said and Mary Louise Pratt. Foucault is used to understand the dynamics of power and knowledge present in the accounts, while Said and Pratt contribute to the analysis of the concept of “orientalism” and “contact zones”, exploring how relations of power and identity are manifested in travel narratives. Agassiz’s work, although important for science, does not escape a colonizing gaze, especially as it approaches indigenous people and Brazilian nature from a perspective that frames them within European categories. The analysis suggests that these accounts, as well as contributing to the advancement of scientific knowledge, also play a role in the construction of a narrative of cultural and racial domination. The article proposes a critical reading of these texts, highlighting the tensions between the search for knowledge and the practices of control and subordination.

KEYWORDS: A Travel accounts; Colonialism; Eurocentrism; Power and knowledge; Exoticism.

REVISTA
Decifrar

(ISSN: 2318-2229)

Vol. 13, Nº. 27 (Jul-Dez/2025)

Informações sobre os autores:

1 Possui graduação pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA), atualmente é mestranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas.

2 Doutor em História Social da Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST) da Universidade Federal do Pará (UFPA), desde 2020. Atualmente é Prof. Dr. na Faculdade de História no Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

 10.29281/rd.v13i27.17090

Fluxo de trabalho

Recebido: 19/11/2024

Aceito: 11/06/2025

Publicado: 06/08/2025

Editora da Universidade Federal do Amazonas (EDUA)

Programa de Pós-Graduação em Letras

Faculdade de Letras

Grupo de Estudos e Pesquisas em Literaturas de Língua Portuguesa (GEPELIP)

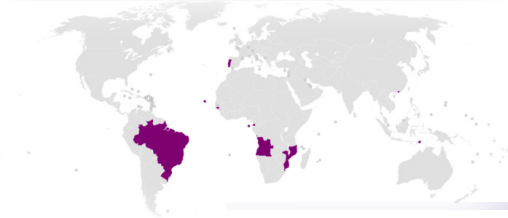


Este trabalho está licenciado sob uma licença:



Verificador de Plágio

Plagius



O CAMINHO DAS PALAVRAS: RELATOS DE VIAGEM COMO FONTES DA HISTÓRIA

A literatura de viagem, como um fio que percorre os espaços da história, revela muito mais do que meros relatos de paisagens e pessoas. Ao longo dos séculos, viajantes de diferentes origens documentaram suas jornadas em terras distantes, muitas vezes imbuídos de um desejo de compreender o desconhecido e transmitir aos outros o que haviam encontrado. Essas narrativas, ao mesmo tempo que descrevem o que foi visto, fazem algo mais complexo: elas traduzem, através de palavras, as percepções, interpretações e até os preconceitos daqueles que as escreveram. Assim, a literatura de viagem se configura como uma fonte histórica única, pois, ao capturar a subjetividade de quem a narra, oferece reflexões sobre a cultura, as crenças e os valores das sociedades da época.

No caso do Brasil, especialmente durante o século XIX, as expedições científicas e os relatos de viajantes europeus tornaram-se fundamentais para a construção do imaginário sobre a região. O Brasil, com sua vastidão territorial e riqueza natural, foi retratado por inúmeros autores, cujos escritos não só documentaram a biodiversidade e os costumes locais, mas também contribuíram para consolidar uma imagem da região que muitas vezes estava longe da realidade. Entre esses relatos, destaca-se *Viagem ao Brasil* (1865-1866), de Elizabeth Agassiz, que, embora escrito com um olhar científico e naturalista, também é impregnado pela visão europeia sobre os povos, as paisagens e os costumes locais.

Esses textos, ao mesmo tempo que foram importantes para o avanço do conhecimento científico, não podem ser lidos de forma puramente objetiva. Eles são permeados por interpretações culturais e sociais que revelam a visão eurocêntrica dos autores, mas também oferecem pistas sobre as dinâmicas de poder, identidade e percepção que moldaram os encontros entre viajantes e os lugares que visitaram. Como observa Mary Louise Pratt em *Imperial Eyes*, os relatos de viagem muitas vezes carregam o peso de uma colonialidade implícita, que define as regiões e culturas visitadas a partir de uma ótica de superioridade, criando uma narrativa de subordinação que se estende até os dias atuais.

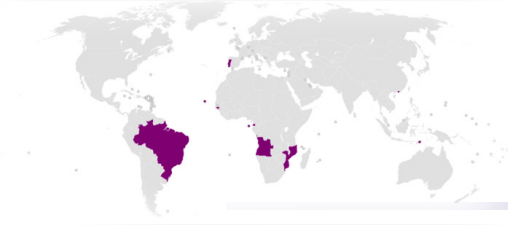
A literatura de viagem, portanto, serve como uma janela para o passado, mas também como um espelho que reflete os preconceitos e as aspirações dos seus autores. Neste artigo, procuraremos explorar como esses relatos podem ser utilizados como fontes históricas, investigando tanto suas contribuições quanto as limitações que elas impõem à construção do conhecimento histórico. Ao olhar para as obras de viajantes como Agassiz, não apenas nos deparamos com uma documentação do Brasil do século XIX, mas também com um campo fértil para a reflexão crítica sobre o papel da narrativa na constituição de saberes e identidades. A partir disso, buscaremos compreender como

esses relatos, embora imperfeitos e subjetivos, ainda possuem uma relevância imensurável para os estudos históricos contemporâneos, pois permitem traçar, por meio da escrita, as complexas interações entre os viajantes e os mundos que eles descobriram, ou, muitas vezes, inventaram.

A literatura de viagem do século XIX, especialmente em relação ao Brasil, reflete a curiosidade europeia sobre a “terra desconhecida” e a tentativa de compreender a diversidade que a região oferecia. Relatos como os de Jean de Léry, em *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil (1578)*, já delineavam o exotismo da terra brasileira para o público europeu, estabelecendo um discurso que influenciaria a construção da identidade nacional. No entanto, essa visão, ao mesmo tempo que promovia um fascínio pelo “novo”, também reforçava a ideia de uma civilização inferior, a ser moldada e transformada à luz dos padrões europeus. Essa perspectiva, que pode ser analisada à luz das críticas de Edward Said sobre o orientalismo, estabelece uma relação de poder implícita nos relatos de viagem, como uma maneira de justificar a dominação e a exploração de novos territórios. A literatura de viagem se torna, portanto, uma ferramenta não apenas de descrição, mas de construção simbólica de um mundo dividido entre o civilizado e o primitivo, o ocidental e o exótico.

Além disso, a obra de Elizabeth Agassiz não pode ser dissociada do contexto científico e naturalista da época. Seu olhar sobre a Amazônia e as populações locais reflete a objetificação das culturas e das paisagens. O olhar de Agassiz, marcado por um profundo respeito pela natureza e uma tentativa de catalogação científica, não deixa de carregar, contudo, o peso de uma visão eurocêntrica sobre as populações indígenas e negras que habitavam a região. Essa tensão entre o respeito científico e a redução cultural pode ser vista como uma manifestação das relações de poder que estruturavam o olhar europeu sobre a América Latina durante o século XIX. Ao adotar uma perspectiva científica, Agassiz não escapa, assim, da complexidade das dinâmicas coloniais, que são moldadas por uma hierarquia cultural e racial.

É essencial, portanto, questionar até que ponto as fontes históricas derivadas da literatura de viagem podem ser utilizadas de maneira integral, sem considerar as ideologias que as permeiam. Na perspectiva de Giovanni Levi, autor de *A Herança Imaterial*, toda fonte histórica carrega consigo as marcas de seu tempo e de sua produção, sendo impossível desvincular o conteúdo narrado das ideologias que moldam a escrita. Para Levi, a literatura de viagem não é uma mera documentação factual, mas um discurso impregnado de subjetividade, que, ao ser analisado, exige uma leitura crítica que contemple tanto o conteúdo explícito quanto as intenções subjacentes. Essa abordagem permite que possamos considerar os relatos de viagem não apenas como registros históricos, mas como



produtos culturais complexos, cujas interpretações variam de acordo com os contextos sociais, políticos e históricos dos quais emergem.

1. VIAJANTES E SEUS OLHARES: A MEMÓRIA TRAÇADA EM ROTAS

Os relatos de viagem têm um papel crucial na construção das memórias históricas, especialmente quando se trata das expedições realizadas durante o século XIX. As descrições feitas pelos viajantes, embora pareçam meras observações objetivas, estão profundamente imersas nas perspectivas culturais, ideológicas e sociais de seus autores. Segundo Mikhail Bakhtin, as viagens não são apenas deslocamentos físicos, mas um espaço onde se encontram diferentes “vozes” e formas de saber. Ele afirma que

... os textos de viagem não são simplesmente descrições, mas uma reunião de diferentes discursos e ideologias, onde o autor atua como um intermediário entre o local visitado e o contexto de onde provém (Bakhtin, 1981).

Dessa forma, o viajante cria, ao narrar suas experiências, uma memória que é ao mesmo tempo uma interpretação e uma construção ideológica.

A memória histórica traçada nas rotas dos viajantes é construída através de um olhar que seleciona, organiza e interpreta o que é visto. A esse respeito, Barbara H. Rosenwein, em *A History of Emotions: From Ancient Times to the Present*, sugere que as emoções do viajante influenciam profundamente como ele vê e relata as culturas que encontra. Ela argumenta que “as emoções, como alegria, medo ou estranheza, formam não apenas as reações dos indivíduos a uma nova cultura, mas também o modo como eles a narram” (Rosenwein, 2016). Isso se reflete em relatos como o de Elizabeth Agassiz, onde sua descrição da Amazônia, embora baseada em uma observação científica, é também filtrada pelas suas percepções emocionais e culturais, carregadas de um certo estranhamento frente à “selvageria” que ela percebia nos povos indígenas. Isso se reflete em muitas passagens do seu relato de viagem, uma delas, por exemplo, reflete seu total espanto às mulheres indígenas que pareciam não se importar com seus filhos

Estão sempre prontos a ceder seus filhos se com isso lhes podem assegurar o sustento e, talvez, também umas vantagens na educação. (...) Quando chegou o momento da separação, a mãe, com um olhar de absoluta indiferença, deu a mão a beijar à criança; o pai foi-se embora sem parecer pensar no filho, mas a criança correu atrás dele, tomou-lhe a mão e beijou-a; depois, ficou tombadilho a soluçar, enquanto toda a família se afastava da canoa, rindo e conversando com alegria sem demonstrar a mínima emoção. Diz-se que esses traços caracterizam

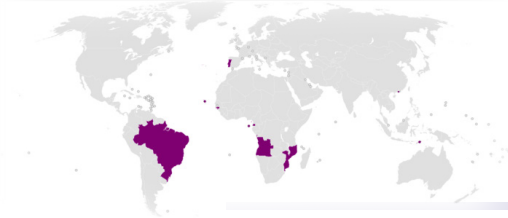
perfeitamente os índios. São poucos sensíveis aos afetos de família, e, penso que as mães, embora loucas pelos bebês, são relativamente indiferentes às crianças já crescidas. É realmente impossível contar com a afeição dos indivíduos dessa raça, embora se criem casos isolados de notável fidelidade da parte deles. (Agassiz, Agassiz, 1975, p. 226)

O trecho do relato de Elizabeth Agassiz apresenta uma visão bastante marcada pelo olhar ocidental e eurocêntrico, que caracteriza de forma negativa e redutora os indígenas, em especial a relação familiar dentro de suas culturas. Ao descrever a cena em que uma criança se despede dos pais, a autora faz uma comparação entre o comportamento da criança e a percepção que ela tem sobre as famílias indígenas. A aparente indiferença dos pais diante da separação é interpretada por Agassiz como uma demonstração da “falta de afeto” dos indígenas, um traço que, segundo ela, os define como “pouco sensíveis aos afetos de família”.

Essa visão, no entanto, carece de uma compreensão mais profunda das práticas culturais dos povos indígenas e revela um viés colonialista. Conforme o estudo de Lília Schwarcz, em *O Espetáculo das Raças*, a construção do “outro” frequentemente envolve uma interpretação simplista, onde características da cultura observada são retratadas sem levar em consideração as estruturas sociais e emocionais complexas que existem fora do olhar ocidental (Schwarcz, 1993). A relação que Agassiz descreve pode refletir uma compreensão distorcida dos valores indígenas, que podem priorizar, por exemplo, a coletividade e a autonomia individual das crianças, em vez de demonstrar afeto da mesma forma que as sociedades ocidentais esperariam.

Além disso, o conceito de “indiferença” presente no texto pode ser associado a uma falta de conhecimento e a uma dificuldade em entender outras formas de expressão emocional e de laços familiares. Michel Foucault, em sua análise dos discursos e das formas de poder, argumenta que muitas vezes as diferenças culturais são interpretadas e classificadas de acordo com a moralidade e as expectativas do “observador”, transformando outras culturas em objetos de controle (Foucault, 1971). A descrença de Agassiz na afetividade dos indígenas é um exemplo disso: ela não só impõe uma leitura moral do comportamento dos índios, como também reforça a ideia de um “outro” inferior, incapaz de demonstrar o afeto familiar da forma como ela o entende.

A forma como Agassiz descreve a relação familiar entre os indígenas também toca na ideia de “desumanização” de que falam outros estudiosos como James Clifford. Clifford em *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century* observa que a desconstrução do outro em muitos relatos de viagem está ligada ao desejo de reforçar a identidade e os valores do próprio sujeito que viaja. A relação entre viajante e o “outro” é sempre marcada por uma hierarquia que, na maioria das vezes, minimiza ou desconsidera



as complexas estruturas emocionais, culturais e sociais do povo observado (Clifford, 1997).

É importante destacar como o olhar de Agassiz, ao classificar o comportamento indígena como insensível ou “não afetuoso”, reflete não só um desentendimento cultural, mas também a imposição de uma visão de mundo ocidental, que vê o afeto e os vínculos familiares sob uma ótica particular. Esse tipo de leitura é comum nos relatos de viagem, onde as culturas observadas são interpretadas à luz de normas e expectativas de sociedades imperialistas, o que leva a uma visão distorcida e preconceituosa do “outro”.

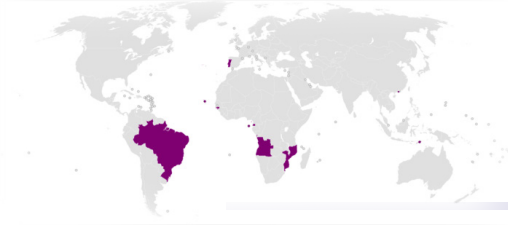
A partir disso, podemos perceber que o olhar do viajante não é neutro. Ele está inserido em uma matriz de poder que é frequentemente invisível nas narrativas. A crítica de Michel Foucault sobre o poder do discurso é essencial para entender como esses relatos não são apenas formas de conhecer, mas também de controlar. Foucault, em *A Arqueologia do Saber*, destaca que “todo discurso é uma forma de poder que cria o objeto do qual fala” (Foucault, 1969). Assim, a memória histórica traçada pelo viajante tem uma dimensão performativa: ela não apenas representa uma cultura, mas também ajuda a moldá-la, ao apresentar um “Outro” que é tanto construído quanto submisso ao olhar ocidental.

O viajante, portanto, ao escrever, está não apenas registrando suas experiências, mas também participando ativamente de um processo de construção de identidade. Como argumenta Clifford, o ato de viajar e escrever sobre o outro também envolve uma negociação entre identidade e diferença. O autor sugere que

... o deslocamento físico e cultural de um lugar a outro traz consigo um processo de redefinição de si mesmo e do outro, o que resulta na criação de uma memória compartilhada que é, em muitos casos, fragmentada e reconstruída (Clifford, 1997).

Nesse sentido, os relatos de viagem não apenas narram o que foi visto, mas também o que foi “imaginado”, refletindo os jogos de poder e as transformações da identidade ao longo do caminho.

Por fim, é importante reconhecer que a memória histórica construída nos relatos de viagem não é um registro direto da realidade, mas sim uma reinterpretação que depende do olhar, das ideologias e das emoções do viajante. A narrativa, portanto, serve não só para criar uma imagem de um mundo distante, mas também para revelar os mecanismos de poder e as relações de dominação que permeiam o encontro entre o sujeito e o outro. A memória traçada nas rotas dos viajantes é, assim, um espaço de constante negociação, onde o passado é reconstituído através das lentes de quem observa.



2. NAS TRILHAS DO BRASIL: ENTRE A EXUBERÂNCIA E O OLHAR ESTRANGEIRO

Nas trilhas do Brasil, os olhos estrangeiros se deparam com uma terra onde a natureza transborda em vitalidade e complexidade. Cada passo nas florestas tropicais, cada observação das suas criaturas, oferece uma dança delicada entre deslumbramento e desconcerto. A exuberância da Amazônia é, ao mesmo tempo, um convite ao maravilhamento e um desafio ao entendimento. Para os naturalistas do século XIX, como Elizabeth Agassiz, Charles Darwin e outros, o Brasil se torna uma terra de contrastes, onde a beleza desmedida da natureza esconde um universo difícil de apreender. Seus olhares, impregnados pela herança europeia, buscam traduzir a riqueza selvagem e incontrolável em categorias compreensíveis, mas encontram, no caminho, uma resistência silenciosa da terra que se recusa a ser domada. Esse encontro de mundos, entre o esplendor brasileiro e a ótica ocidental, é a constante tensionada nas narrativas que atravessam a história da exploração científica e cultural do país.

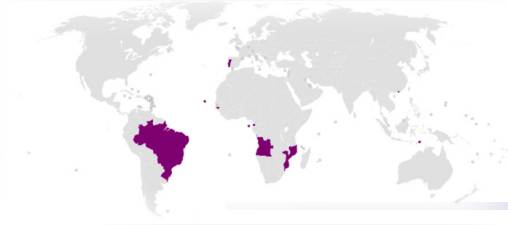
Esses relatos de viagem, apesar de suas diferenças, compartilhavam uma abordagem científica e muitas vezes imperialista, que visava categorizar e dominar o desconhecido. A obra desses viajantes, revela não só uma tentativa de entender a riqueza natural do Brasil, mas também uma maneira de distorcer e reinterpretar a realidade local através de lentes coloniais. Ao escrever sobre a exuberância da flora e fauna brasileiras, muitos desses naturalistas se depararam com a complexidade e a vastidão do Brasil, oferecendo uma visão que era, ao mesmo tempo, de admirável curiosidade e de distanciamento cultural.

Assim como Agassiz, Charles Darwin, durante sua viagem à América do Sul, teve uma relação de fascínio e perplexidade diante da riqueza natural do Brasil. Em *A Viagem de um Naturalista ao Redor do Mundo* (1839), Darwin descreve a Amazônia como uma região exuberante, mas também como um lugar difícil de entender e classificar. Ele escreve

A vastidão e a riqueza de plantas, animais e insetos são de uma ordem que a natureza britânica nunca conheceu. Contudo, essa mesma abundância cria uma sensação de desordem, um caos que só pode ser compreendido através de uma lente científica (Darwin, 1839).

A tentativa de classificar e entender a flora e fauna brasileiras é algo comum entre os naturalistas da época, e essa perspectiva revela uma tensão entre o encanto e a incapacidade de dominar a imensidão do novo mundo.

Richard Spruce, por sua vez, foi um botânico inglês que percorreu a Amazônia em busca de novas plantas e espécimes. Sua visão também é marcada por uma forte admiração pela biodiversidade, mas com uma noção de que tudo deveria ser “domado” e catalogado. Spruce descreve as florestas amazônicas com um certo estranhamento:



Em cada árvore e arbusto, encontro um novo e misterioso ser, que desafia as convenções da botânica europeia. A cada passo, a natureza parece esconder algo desconhecido, um segredo a ser desvendado (Spruce, 1864).

Sua busca pela compreensão da Amazônia é impregnada pela ideia de que a natureza tropical é algo exótico e misterioso, ao qual a ciência ocidental tem que se adaptar.

Já Henry Walter Bates, outro grande naturalista britânico, ficou por longos períodos na Amazônia, observando a fauna e os padrões de evolução. Em sua obra *Um Naturalista na Amazônia* (1863), Bates aborda a riqueza da fauna amazônica e a complexidade das relações ecológicas. Ele se maravilha com a diversidade de formas de vida, mas também revela um certo desconforto com o que considera a “exuberância excessiva” da floresta. Bates argumenta que a natureza da Amazônia apresenta um mundo em que as leis da vida parecem ser diferentes das que ele conhecia, como se a própria natureza estivesse “fora de controle”, sem as estruturas ordenadas que os naturalistas europeus esperavam encontrar: “A abundância de vida na Amazônia é ao mesmo tempo a maravilha e o terror da natureza. Cada canto da floresta parece esconder uma nova forma de vida, em uma complexidade que ultrapassa a razão” (Bates, 1863).

Esses relatos se alinham de maneira interessante com a visão de Agassiz. Embora cada um desses naturalistas tenha uma abordagem científica e objetiva, é impossível escapar do olhar europeu que se vê, em parte, ameaçado pela complexidade e “caos” da natureza tropical. A diferença é que, enquanto Agassiz se foca mais no estudo da etnografia e da vida social dos indígenas, Darwin, Spruce e Bates estão principalmente preocupados com a catalogação e a compreensão da biodiversidade.

Como sugere Pratt (1992), os naturalistas que visitaram o Brasil frequentemente viam a floresta e seus habitantes como algo a ser explorado e compreendido segundo as normas da ciência ocidental, mas essa visão estava longe de ser neutra. “A tentativa de classificar a natureza não é apenas um exercício científico, mas também um reflexo de um desejo de controle e dominação sobre o desconhecido” (Pratt, 1992). Essa busca por categorizar o mundo natural, muitas vezes à custa da compreensão das culturas locais, é um dos elementos centrais que permeiam os relatos de Agassiz e outros naturalistas da época.

Em resumo, os relatos de viagem oferecem uma visão fascinante e muitas vezes contraditória do Brasil no século XIX. A natureza tropical, com sua exuberância e diversidade, é simultaneamente admirada e temida, compreendida e interpretada através de lentes científicas que buscam dominar o desconhecido. Esses relatos são representações

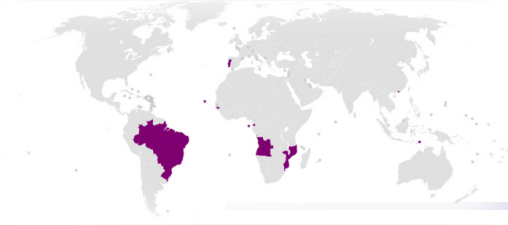
não apenas da fauna e flora amazônicas, mas também de um olhar imperialista que, mesmo ao tentar estudar, acaba por subordinar as culturas e ecossistemas locais a um olhar colonialista, onde o “outro” é sempre visto através da ótica da superioridade europeia.

3. ENTRE LINHAS E PAISAGENS: LIMITES E LEGADOS DOS RELATOS DE VIAGEM

Os relatos de viagem dos naturalistas do século XIX representam um cruzamento fascinante entre ciência, literatura e subjetividade. Esses textos, com frequência, mesclavam o rigor científico de observações sobre fauna, flora e etnografia com impressões subjetivas e poéticas das paisagens desconhecidas. Alexander von Humboldt foi pioneiro ao tratar a natureza como um sistema complexo e interligado, cuja compreensão só seria possível por meio de uma análise que unisse os elementos físicos e culturais. Seu trabalho é visto como um marco no estudo da geografia e da biologia, particularmente pela forma como ele concebia a relação entre o homem e o ambiente natural. A abordagem de Humboldt influenciou diretamente outros naturalistas que viajaram para o Brasil, como Carl Friedrich von Martius e Maximilian zu Wied-Neuwied, que, à semelhança do mestre, tentaram construir um quadro de compreensão holística e sensível sobre o país tropical (MENESES e CARNEIRO, 1997, p. 47-48).

Ao mesmo tempo, essas narrativas eram filtradas pelos preconceitos, valores e expectativas dos autores europeus. O olhar estrangeiro tinha uma tendência de exotizar o Brasil, reduzindo as complexidades de suas sociedades e paisagens a uma representação idealizada ou, por vezes, desumanizada. Naturalistas como Wied-Neuwied e Auguste de Saint-Hilaire, embora respeitados por suas observações científicas, perpetuavam estereótipos sobre os habitantes locais e as condições do país. Wied-Neuwied, por exemplo, descrevia a vastidão da floresta tropical com um tom de maravilhamento, mas, ao mesmo tempo, tratava a população indígena com um certo distanciamento crítico, muitas vezes reduzindo suas culturas a “mitos” e “superstições” sem entender suas complexidades e origens (Kidder; Fletcher, 1941, p. 39-40). A descrição de paisagens brasileiras como “paradisíacas” ou “primordiais” estava carregada de uma visão romântica que, ao mesmo tempo que exaltava a beleza natural, desconsiderava o impacto das atividades humanas na modelagem do espaço.

Outros viajantes, como Alfred Marc, adotaram uma abordagem pragmática, vendo a natureza brasileira não apenas como um objeto de estudo, mas como um repositório de recursos naturais a serem explorados. Marc, em seus relatos de viagem, descreve os rios, florestas e solos do Brasil com um olhar voltado para o potencial econômico da região. Seus relatos se concentraram em produtos como tabaco, açúcar, e madeiras, evidenciando o interesse em explorar o Brasil como uma terra promissora para o comércio e o



desenvolvimento europeu. Essa perspectiva utilitária nos relata a ideia de uma “geografia comercial”, na qual a natureza era dissociada da vivência cultural e da história do território, sendo reduzida a um simples depósito de recursos a serem apropriados (Cosenza et al., 2014, p. 223-256).

Além disso, as observações etnográficas dos naturalistas, embora numerosas, nem sempre eram feitas com um olhar imparcial. O indígena brasileiro, frequentemente descrito como “selvagem” ou “primitivo”, era uma constante nos relatos dos viajantes europeus. No entanto, essa visão estava em contraste com a complexidade das sociedades indígenas brasileiras, que, na realidade, possuíam uma rica diversidade cultural e formas de organização social adaptadas aos diversos ecossistemas do país. Embora algumas obras, como as de Johann N. N. de Haan, tentassem oferecer um retrato mais respeitoso dos povos indígenas, o estigma do “primitivismo” prevalecia na maioria das narrativas (Marx, 1987, p. 215). Para muitos desses autores, o Brasil era uma terra em estado “primitivo”, e seus habitantes nativos uma representação desse estágio anterior à civilização europeia.

As narrativas de viagem, porém, não devem ser lidas apenas como testemunhos coloniais ou imperialistas. Elas também contêm relatos que denunciam as condições sociais e políticas do Brasil, como o trabalho escravo, as desigualdades e as contradições do sistema colonial. Essas observações, embora feitas por observadores distantes e por vezes romantizados, ofereciam aos leitores europeus um retrato da “civilização” do Brasil em sua forma mais crua. Viajantes como Saint-Hilaire, por exemplo, destacavam as diferenças entre os sistemas de produção e as relações sociais, chamando a atenção para as grandes disparidades entre os senhores de engenho e os escravizados, enquanto outros observadores, como Martius, tornaram-se críticos do sistema colonial, embora suas críticas nem sempre tenham sido suficientemente radicalizadas para desafiar os paradigmas do colonialismo europeu (Martius, 1982, p. 198-200).

Ademais, os relatos de viagem não se limitavam ao aspecto naturalista ou etnográfico. Muitos desses relatos se tornaram fontes literárias, ricas em narrativas poéticas sobre o Brasil, sendo estas de valor estético e simbólico. A descrição da Amazônia como uma “selva infinita” ou a invocação das águas turbulentas dos rios amazônicos como “líquidos espelhos da eternidade” mostram como a escrita dos naturalistas carregava um poder de criação literária, alimentando o imaginário romântico europeu sobre o Novo Mundo (Santos, 1998, p. 311). Essas imagens, por mais poéticas que fossem, carregavam uma carga de exotismo que contribuiu para a construção de uma imagem idealizada do Brasil, uma “terra da abundância” que contrastava com a Europa industrializada e cheia de restrições.

Os relatos de viagem, portanto, desempenham um papel ambíguo na historiografia. São fontes preciosas para o estudo das paisagens e sociedades do século XIX, mas

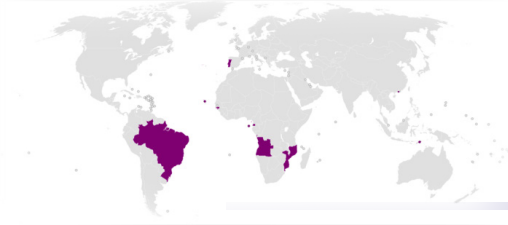
também refletem os limites e preconceitos dos seus autores. Embora tenham contribuído significativamente para a difusão do conhecimento sobre o Brasil no exterior, esses textos também perpetuaram estereótipos que simplificavam as realidades culturais e ambientais locais. Estudá-los hoje exige um olhar crítico, capaz de reconhecer tanto seu valor documental quanto os pressupostos ideológicos que os moldaram. A interação entre os relatos e o Brasil do século XIX revela, por um lado, a profundidade de uma relação científica e estética com o país, mas, por outro, expõe a apropriação do conhecimento com fins coloniais e imperialistas. É nesse equilíbrio entre fascínio e crítica que reside o legado desses relatos, que continuam a formar o alicerce de muitas das percepções ocidentais sobre a América Latina e, especificamente, sobre o Brasil (Marc, 1889, p. 433; Cosenza et al., 2014, p. 239).

RELATOS QUE PERDURAM: A LITERATURA DE VIAGEM E A CONSTRUÇÃO DO PASSADO

Os relatos de viagem do século XIX, com seus olhares e impressões distantes sobre o Brasil, tornaram-se, ao longo do tempo, peças essenciais para a construção do imaginário coletivo sobre a natureza, os povos e as paisagens brasileiras. Ao traçar as rotas de suas jornadas, os naturalistas e exploradores não apenas coletaram dados e observações; ao longo de suas narrativas, eles modelaram a visão de um Brasil desconhecido e ao mesmo tempo desfigurado por suas próprias lentes culturais. Esses relatos, carregados de uma mistura entre ciência, literatura e subjetividade, capturaram fragmentos de uma realidade que logo se perderia, não pela distância geográfica, mas pela imposição de uma narrativa ocidental que tentou interpretar e frequentemente distorcer a vastidão e a complexidade do país.

A literatura de viagem, muitas vezes, revela um Brasil que não existe mais. As descrições idealizadas da floresta amazônica, os povos indígenas como figuras exóticas e os rios como veias pulsantes da terra, ainda ecoam como imagens de um passado que, apesar de registrado nas páginas de livros e relatórios, foi progressivamente apagado pela modernização e pela urbanização. A obra de naturalistas como Alexander von Humboldt e Carl Friedrich von Martius contribuiu imensamente para a cartografia do Brasil, mas, ao mesmo tempo, perpetuou representações reducionistas que invisibilizavam a riqueza cultural e a complexidade das realidades locais. São essas imagens, muitas vezes estereotipadas e distorcidas, que permanecem nas memórias coletivas e influenciam ainda hoje a forma como o Brasil é visto fora de suas fronteiras.

A tensão entre o olhar europeu e a realidade brasileira foi, em grande parte, uma luta pela representação, uma disputa entre o que foi visto e o que foi omitido. O exotismo da floresta e das populações locais, por mais que tenha sido um convite à exploração



científica e literária, também silenciou as vozes daqueles que viviam no país. Como bem destacam autores como Cosenza et al. (2014) e Santos (1998), a literatura de viagem era tanto uma forma de legitimar a dominação quanto de criar um espaço imaginário que servia à construção de um Brasil sob a ótica de um olhar colonizador. Esses relatos, embora riquíssimos em termos de dados científicos, muitas vezes careciam de uma empatia verdadeira com as culturas e os seres humanos que ali habitavam, tratando-os como parte de um espetáculo a ser observado e, muitas vezes, desqualificado.

Porém, não podemos negligenciar o legado desses relatos. Eles contribuíram, paradoxalmente, para a fundação de um saber sobre o Brasil que, mesmo distorcido, foi fundamental para a construção da ciência moderna e para o reconhecimento do Brasil como um território repleto de riquezas naturais e culturais. São esses textos que, ao longo do tempo, foram sendo reinterpretados, criticados e revisitados, e que se mantêm como fontes primárias essenciais para o estudo das relações entre o Brasil e o resto do mundo no século XIX. A literatura de viagem, ao mesmo tempo que foi portadora de um olhar eurocêntrico, se tornou também um campo fértil para o confronto de narrativas e para a reinterpretação histórica.

Nos relatos dos naturalistas, ao perderem suas certezas sobre o que viam e ao se depararem com a imensidão e a complexidade do Brasil, surgiram também outros legados, mais sutis, mas não menos importantes: a reflexão sobre a falibilidade do olhar humano, o questionamento das próprias construções de conhecimento e a constatação de que a realidade, em sua plenitude, nunca pode ser totalmente capturada por uma única narrativa. Como nos ensina Foucault (1971), o saber não é estático nem absoluto, ele se transforma e se refaz a partir das diversas interpretações e tensões que surgem entre as diversas vozes que tentam compreendê-lo.

A literatura de viagem, portanto, não apenas documenta o que foi visto, mas também participa ativamente da construção de uma imagem do Brasil que perdura até hoje. Ela se torna um legado, uma lente através da qual se pode revisitar o passado, mas também questionar os limites dessa visão e as consequências dessas representações. Ao refletirmos sobre esses relatos, somos convidados a perceber a interação entre o olhar estrangeiro e a produção de um “outro”, muitas vezes idealizado ou distorcido, que ajuda a moldar tanto o passado histórico quanto as perspectivas contemporâneas sobre o Brasil e sua identidade (Leite, 1996; Oliveira, 2008).

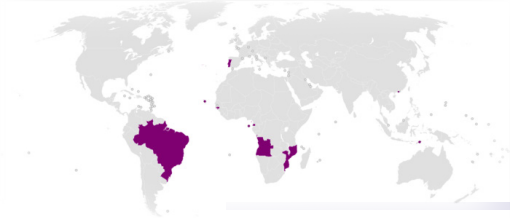
Esses relatos continuam sendo peças chave para a história cultural do Brasil, não só como testemunhos da visita europeia, mas como elementos formadores da própria percepção do Brasil por si mesmo e por seus interlocutores globais.

Por fim, os relatos de viagem, com suas limitações e legados, oferecem uma janela para a compreensão do passado. Eles nos mostram como o Brasil foi visto, mas

também como ele foi construído nas páginas de livros e em discursos científicos. Esses textos nos convocam a revisar as narrativas que construímos sobre nossa própria história, lembrando-nos de que o passado não é uma linha reta e imutável, mas um conjunto de camadas complexas e multifacetadas. Ao fazer isso, podemos, talvez, redescobrir o Brasil de ontem e, quem sabe, olhar para ele com novos olhos, mais justos e mais completos.

REFERÊNCIAS

- AGASSIZ, Luiz e Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil – 1865-1866**. Trad. de João Etienne Filho. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1975.
- BATTES, Henry Walter. **Um Naturalista na Amazônia**. 1863.
- CLIFFORD, J. Routes: **Travel and Translation in the Late Twentieth Century**. Harvard University Press, 1997.
- COSENZA, J., et al. **Exploring Brazil: European perspectives on the natural world**. São Paulo: Editora Nacional, 2014.
- DARWIN, Charles. **A Viagem de um Naturalista ao Redor do Mundo**. Editora Unesp, 1839.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Editora Vozes, 1969.
- FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade**, Vol. 1: A Vontade de Saber. Paz e Terra, 1971.
- KIDDER, H., & FLETCHER, W. **The Amazon: A Natural History**. Harper & Row, 1941.
- LEITE, M. E. S. A construção da imagem do Brasil nos relatos de viagem do século XIX. *Revista Brasileira de História*, v. 16, n. 32, p. 47-61, 1996. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rbh/article/view/34752>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- MARC, A. **A Traveler's Guide to Brazil: Natural Resources and Economics**. Paris: Société des Éditions, 1889.
- MARTIUS, C. F. **Viagem ao Brasil: Relatos do Século XIX**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- MARX, A. **Brazil and Its Indigenous Cultures: A Study of the Travel Accounts**. University of São Paulo Press, 1987.
- MENESES, A. B., & CARNEIRO, A. P. **A Construção do Brasil na Literatura de Viagem: Representações do Brasil no Século XIX**. Editora UNESP, 1997.



OLIVEIRA, F. de. Paisagem e Natureza: As Representações do Brasil no Século XIX. Revista Brasileira de Geografia, v. 49, p. 218-231, 2008. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rbg/article/view/40235>. Acesso em: 15 nov. 2024.

PRATT, M. L. **Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation**. Routledge, 1992.

ROSENWEIN, B. H. **A History of Emotions: From Ancient Times to the Present**. Polity Press, 2016.

SCHWARCZ, L. **O Espetáculo das Raças**. Companhia das Letras, 1993.

SPRUCE, R. **Explorations in the Amazon Valley**. 1864.

SANTOS, M. **A Amazônia e o Imaginário Europeu: As Imagens do Novo Mundo no Século XIX**. Editora SESC, 1998.